



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 15 DE JUNHO DE 2021.

Ao décimo quinto (15º) dia do mês de julho de dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e dez minutos (8h10), iniciou-se a quinta (5ª) Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca do ano de 2021. Devido a situação de emergência em saúde pública da Covid-19 a reunião aconteceu no formato virtual, na plataforma de videoconferência da Prefeitura no link: <https://conferencia.franca.sp.gov.br/b/mar-fx9-wn9>, conforme recomendações e orientações normativas. A reunião foi coordenada pelo presidente e representante titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião dezoito (18) conselheiros(as), sendo onze (11) da Sociedade Civil e sete (07) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Rute Alves Silveira, Cloves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Yheda Maria Lanes Gaioli, Óiter Cassiano Marques, Laura Cristina Gomes Lima, Luzia Regina Alves, Maria Aparecida Moraes Oliveira, Jandira de Almeida Ramos, Jussara Barreto, Silvia Helena Bertolino dos Santos e Leandro Ferreira. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Rosemary Aparecida de Oliveira, Irene da Conceição Silva e Gisleide Branquinho Ramos. Conselheiros(as) Suplentes: Wagner José de Oliveira, Lais de Carvalho Souza e Carlos Eduardo dos Santos. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: **1 – Ordem do dia:** – Chamada e Verificação de quórum – Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. **2. Aprovação da pauta.** **3. Assuntos – 3.1 – Apresentação de Relatório e Parecer de Visita realizada no Centro POP – 13.01 (conselheira Tina e Carlos Eduardo); 3.2 – Apresentação de Denúncia recebida, Relatório de Visita, Parecer da Comissão e proposta de encaminhamentos (conselheiras Cidinha, Gisleide, Yheda, Josiane); 3.3 – Devolutiva sobre reunião realizada com coordenação de Serviço de República de Adultos (São Paulo).** O Presidente Óiter iniciou a reunião cumprimentando e dando as boas-vindas aos(as) conselheiros(as) presentes. Dando sequência, passou a palavra para a Secretária Executiva, Maria Amélia, que realizou a chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum, com quinze (15) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade. Foram apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes conselheiros (as): Valdety Souza Vilar Gilberto, Geraldine Garcia Fuga Menezes, Ana Paula Pinto Marafiga, Éder Furtado Ribeiro e Andréa Fernanda de Faria e Sousa. Dando sequência, a 1ª secretária do conselho, Jussara Barreto, fez a leitura da pauta, que foi aprovada sem alterações. Passou-se, então, ao primeiro assunto da pauta, item **3.1 – Apresentação de Relatório e Parecer de Visita realizadas no Centro POP – 13.01 (conselheira Tina e Carlos Eduardo);** A conselheira Tina iniciou a apresentação informando que a visita foi realizada por ela, o conselheiro Carlos e a Secretária Executiva Maria Amélia. Pontuou que o serviço de atendimento à pessoa em situação de rua é muito desafiador no município de Franca, visto que há anos tem sido feitas tentativas de reorganizar esse serviço e observamos avanços em alguns momentos e retrocessos em outros. Relatou que por ocasião da visita foi identificado um grande retrocesso, pois o Centro Pop, que funcionava em uma residência na Av. Hélio Palermo, na ocasião da visita estava localizado em outro local, no Ginásio Demétrio Soares. Destacou que o local estava inadequado para tal, devido a diversos fatores, tais como, a dificuldade de acesso a

38 população de rua; o espaço interno da quadra além de ser muito amplo, o que dificulta a limpeza, necessitava de
39 reformas e de uma higienização mais adequada. A equipe de referência também estava prejudicada, pois alguns
40 profissionais haviam sido remanejados para outros setores ou estavam afastados. Na ocasião contavam apenas com
41 um coordenador; um assistente social; uma psicóloga (em licença maternidade); um escriturário; dois estagiários
42 administrativos; três auxiliares gerais (um em férias) sendo dois servidores e uma contratada pela ECKO; além de
43 um motorista (em férias). Concluindo-se, portanto, que o serviço estava muito precarizado, tanto nas condições de
44 atendimento para o trabalhador quanto ao usuário. Salientou que esse serviço, historicamente é alvo de ataques pela
45 população, que não aceitam, criticam, culpabilizam e discriminam a população em situação de rua. Destacou que
46 atualmente o serviço se encontra em outro local e a equipe técnica foi recomposta. Desta forma, Tina se dispôs, em
47 conjunto com o conselheiro Carlos, a visitarem a nova unidade. Após a apresentação, foi definido como
48 encaminhamento a visita ao novo local e após será enviado o relatório à Gestão, o qual constará também o registro
49 da situação daquele momento anterior. Passou-se ao item **3.2 – Apresentação de Denúncia recebida, Relatório de**
50 **Visita, Parecer da Comissão e proposta de encaminhamentos (conselheiras Cidinha, Gisleide, Yheda, Josiane);**
51 A conselheira Cidinha informou que os integrantes da comissão de inscrição receberam a denúncia do usuário e
52 posteriormente realizaram a visita ao Serviço de Acolhimento de Adultos. Disse que a visita foi realizada por ela,
53 com as conselheiras Gisleide, Josiane e a Secretária Executiva Maria Amélia. Também estavam presentes na visita
54 a coordenadora do Centro POP e o assistente social Bruno. As conselheiras foram recebidas pela equipe de
55 profissionais da instituição, onde lhes foi apresentada a denúncia, feita por um usuário do serviço, que apontou
56 algumas questões, dentre estas o horário rígido para uso dos chuveiros, horário de entrada e autorizações de saídas,
57 acesso com alimentos, dentre outras. As situações foram apresentadas detalhadamente aos conselheiros e ficaram
58 registradas no Relatório elaborado pela comissão, disponível para os conselheiros que solicitarem. Dentre as
59 questões pontuadas, verificou-se que são estabelecidas regras pela instituição que muitas vezes não são
60 compreendidas e aceitas pelo usuário, o que gerou alguns conflitos. A equipe da instituição apresentou informações
61 sobre as questões pontuadas e explicou que todas as regras são discutidas e consensualizadas em assembleia com os
62 usuários, mas, mesmo assim, surgem questões pontuais e individuais. A coordenação trouxe as dificuldades com
63 relação a necessidade de reformas dos banheiros e questionou sobre a possibilidade de uso do saldo proveniente da
64 parceria para reformá-los a fim de garantir privacidade dos usuários, uma vez que estão sem portas. Apontaram
65 ainda que há necessidade de reforma na instalação elétrica e hidráulica, bem como na caixa da água da instituição.
66 Após a apresentação alguns conselheiros fizeram comentários sobre a situação, destacando sobre a urgência de
67 instalação de portas nos banheiros, bem como a necessidade de um espaço de escuta e não culpabilização dos
68 indivíduos. Jandira pontuou que em alguns termos de colaboração é abordado sobre reparos e talvez seja possível
69 utilizar do recurso para tal. Cidinha informou que já foi verificado e liberado pela Secretaria Finanças, e agora a
70 entidade deve encaminhar essa solicitação para a gestão e a reorganização do plano de trabalho. Apontou que há de
71 ser considerado o desafio do serviço que atende a população em situação de rua, destacando a importância do
72 referenciamento e da ampliação da discussão sobre esse público, além de repensar o serviço para o usuário. Tina

74 sugeriu também que haja formação específica sobre o atendimento à população em situação de rua para toda a rede
75 socioassistencial. Óiter divulgou o curso “*Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua*”
76 (<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/149>) aos conselheiros. Luzia apontou que, considerando a importância
77 do trabalho com a população de rua, que tem aumentando assustadoramente em Franca, vê também a necessidade
78 de constituir um grupo permanente de trabalho com variados setores públicos e privados, sendo Abrigo, Centro
79 POP, SEDAS, Secretaria de Saúde, Habitação e outros. Óiter informou que acontecem reuniões intersectoriais que
80 são realizadas para discutir casos comuns entre a saúde e o serviço de atendimento à população em situação de rua,
81 com participação das entidades, comissões definidas pela RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), representantes de
82 outras políticas de acordo com o contexto da discussão e ocasionalmente com a Defensoria Pública. Finalizadas as
83 discussões, ficou definido como encaminhamento o envio do relatório, com o parecer e recomendações apontadas
84 pelo colegiado, para a instituição e gestão. Encerrado o assunto, passou-se ao item **3.3 – Devolutiva sobre reunião**
85 **realizada com coordenação de Serviço de República de Adultos (São Paulo)**; Maria Amélia iniciou o assunto
86 lembrando que em reunião anterior, foi apresentada a devolutiva sobre a visita de acompanhamento junto à Casa
87 de Apoio Dom Pedro Luiz e gerou-se algumas questões a respeito do serviço de república. Assim, ficou como
88 proposta, que seriam realizadas buscas e contatos com outros municípios que ofertam esse serviço e posteriormente
89 retomar essa discussão com o colegiado. Assim, a conselheira Cidinha fez alguns contatos, sendo realizada uma
90 reunião com a equipe de um serviço de República para Adultos do município de São Paulo, da qual participaram a
91 conselheira Cidinha, o conselheiro Carlos e a Secretária Executiva Maria Amélia. Cidinha explicitou que a reunião
92 ocorrida objetivou buscar subsídios para caracterizar repúblicas e diferenciar de acolhimentos. Foi apresentado que
93 as repúblicas para adultos têm o objetivo de atender pessoas com autonomia, que conseguiram superar uma série de
94 questões desde seu acolhimento e tem condições de projetar uma vida com independência. Disse que um dos
95 critérios de inserção traz a necessidade de uma fonte de renda declaratória, que supra as necessidades básicas do
96 usuário, como higiene e alimentação. O serviço é realizado em parceria entre a prefeitura e uma Organização da
97 Sociedade Civil, numa perspectiva de autogestão, ou seja, é garantido o espaço com todos os móveis e utensílios
98 necessários e os próprios usuários se organizam na sua manutenção, alimentação, etc. O critério de permanência vai
99 de acordo com a análise do profissional que os acompanham, e depende da característica do público e organização
100 pela prefeitura, em SP o prazo é de 6 (seis) meses, com possível prorrogação de mais 6 (seis), já em Porto Alegre, o
101 prazo é de 2 (dois) anos, mas o que define é a avaliação técnica. Em São Paulo, para o chamamento de quatro
102 repúblicas, a equipe de profissionais conta com um orientador socioeducativo, um psicólogo (40h), um assistente
103 social (30h) e um coordenador (40h), que acompanham os acontecimentos da casa e trabalham com o formato de
104 assembleias para negociações ocorridas nos locais. A coordenação enviou o plano de trabalho e os custos do
105 serviço. Carlos, que também participou da reunião, explicitou que lhes foi informado que ao implementar o serviço
106 houve um esvaziamento dos chamamentos públicos e a partir disso, a Gestão dialogou com as instituições para
107 repensar as diretrizes do serviço e construir em conjunto a forma de prestação desse serviço. A república de adultos
108 atende em torno de 20 pessoas, diferente da de jovens, e pessoas com filhos são acolhidas em outro espaço. Carlos

109

110 pontuou que existe a demanda de jovens com filhos a serem acolhidas em Franca, destacando a necessidade de
111 reflexão sobre a questão, de acordo com a especificidade do município. Apontou ainda, que em SP, o serviço atende
112 em sua maioria pessoas em situação de rua, contudo é para pessoas que por algum motivo estão sem a proteção do
113 domicílio e utilizam desse serviço até que se reestabeleçam. Maria Amélia pontuou que a equipe de coordenação
114 destacou que esse serviço é a porta de saída dos acolhimentos, ainda porque grande parte do público atendido é
115 egresso de outros serviços de acolhimento. Outra questão é que são 4 repúblicas, sendo 2 masculinas, 1 feminina e
116 1 específica para mulheres trans. Cidinha informou que ainda farão reunião com duas repúblicas de Ribeirão Preto,
117 que atendem pessoas egressas de comunidades terapêuticas, podendo ser um serviço mais parecido com a realidade
118 de Franca. Disse que posteriormente o CMAS poderá alinhar as orientações e formar opinião para dar a devolutiva
119 necessária à Casa de Apoio, a fim de apoiá-los em sua reorganização. Tina concorda com o papel de apoio por parte
120 do Conselho e pontuou a respeito da importância de tomar cuidado para não segmentar o serviço. Maria Amélia
121 informou que a reunião com a equipe de Ribeirão Preto acontecerá com a Comissão de Inscrição, mas outros
122 conselheiros estão convidados a participar. Sílvia expôs a respeito da falta de divulgação dos trabalhos da rede
123 socioassistencial, apontando a importância da população ter conhecimento sobre a assistência social no município.
124 Os conselheiros concordaram e foi reforçado que essa também é uma função do CMAS, de divulgar as atividades
125 realizadas pela política, e assim Maria Amélia afirmou que essa atribuição é da Comissão de Comunicação e
126 Divulgação, que precisará ser reorganizada e posteriormente deverá pensar em ações que gerem maior visibilidade
127 ao Conselho e a rede. Destacou que esse momento ocorre nas audiências públicas, porém em 2020 não foi realizada
128 devido à pandemia e neste ano de 2021, em razão da Conferência de Assistência Social, o colegiado já deliberou
129 por não realizá-la, em razão do acúmulo de trabalho que esta demandará. Finalizada a reunião e nada mais havendo
130 a tratar, Óiter, presidente do CMAS, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às nove horas e quarenta
131 minutos (9h40). A reunião foi gravada e o vídeo ficará disponível para consulta dos conselheiros que solicitarem.
132 Eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e
133 aprovada será anexada a lista dos conselheiros presentes.